



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

SERVIÇO SOCIAL

DATA DA PROVA 15/05/2026

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões 01 a 15.

O cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada

Há personagens que definem uma época com mais precisão do que tratados sociológicos inteiros. Um deles é o cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada. Ele não precisa estudar longamente um assunto, acompanhar seu desenvolvimento nem suportar o desconforto da incerteza. Basta-lhe uma manchete mal lida, um vídeo de quarenta segundos, um comentário indignado e, pronto, já se sente habilitado a emitir parecer sobre economia, diplomacia, medicina, educação infantil, geopolítica, trânsito, clima, comportamento e, em dias de maior brilho intelectual, até sobre a decadência da civilização ocidental antes do almoço.

Trata-se de uma figura admirável em sua produtividade. Onde o pesquisador hesita, ele conclui. Onde o especialista pondera, ele simplifica. Onde a realidade apresenta camadas, tensões, ambiguidades e dados contraditórios, ele comparece com o talento cirúrgico de quem resolve tudo a golpes de frase curta. O mundo, para esse cidadão, não é um problema a compreender, mas uma oportunidade permanente de posicionamento. E posicionar-se, hoje, parece ter adquirido o prestígio que antes cabia a compreender.

É curioso observar como essa inflação opinativa convive com uma inflação ainda maior de certeza. O sujeito contemporâneo já não considera a dúvida um estágio legítimo da inteligência. Trata-a quase como deficiência de caráter. Ter opinião virou sinal de presença. Ter opinião imediata, sinal de agilidade. Ter opinião firme sobre assunto mal conhecido, sinal de personalidade. E assim se formou uma estranha pedagogia da convicção: aprende-se menos para afirmar mais. A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento. Hoje, raciocinar com calma quase soa como atraso logístico.

Há nisso uma vaidade discreta, mas poderosa. Opinar sobre tudo dá ao sujeito a sensação de centralidade. Ele não participa apenas do mundo; julga-o continuamente. É uma forma de soberania portátil. Com um aparelho na mão e uma certeza no bolso, qualquer um pode transformar a própria impressão em sentença, o próprio incômodo em tese, a própria irritação em análise social. O problema não está em ter opinião, claro. Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia. O problema começa quando a opinião deixa de ser resultado de um percurso mental e passa a funcionar como substituta dele.

Nesse ambiente, a dúvida perdeu prestígio. E isso é grave, porque a dúvida, quando honesta, não empobrece o pensamento: ela o depura. Duvidar não é fraquejar diante do mundo, mas recusar-se a tratá-lo como caricatura. A dúvida obriga a perguntar melhor, a rever premissas, a desconfiar do próprio entusiasmo e, às vezes, a suportar o pequeno vexame de descobrir que o outro viu antes o que ainda não havíamos percebido. Não é uma experiência confortável. Talvez por isso esteja tão fora de moda.

O cidadão que opina sobre tudo prefere outro caminho. Ele economiza etapas. Em vez de investigar, pressente. Em vez de

comparar, reage. Em vez de compreender a complexidade, administra rótulos. Sua inteligência opera por atalhos emocionais: se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa. E improvisa com admirável serenidade. Afinal, a ignorância, quando bem acompanhada de autoconfiança, costuma circular socialmente com a elegância de uma convicção madura.

Mas há um preço nessa facilidade. Uma cultura que premia a certeza instantânea vai tornando suspeita a reflexão mais lenta. Aos poucos, o sujeito deixa de perguntar "será?" e passa a perguntar apenas "quem concorda?". O pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida. A conversa pública empobrece, não por falta de voz, mas por excesso de vereditos. Fala-se muito, examina-se pouco. Discorda-se com velocidade, compreende-se com preguiça. E a realidade, que não se organiza para caber em frases apressadas, acaba reduzida ao tamanho de nossas impaciências.

Talvez a virtude intelectual mais urgente do nosso tempo seja justamente aquela que menos rende aplauso: a modéstia de não concluir cedo demais. Num mundo lotado de opiniões prontas, dizer "ainda estou pensando" tem algo de coragem civilizatória. Porque o contrário da ignorância nem sempre é o conhecimento; às vezes, é apenas uma certeza barulhenta. E toda certeza que chega cedo demais corre o risco de ser apenas preguiça com boa dicção.

Fonte: Banca Examinadora.

1. A leitura global do texto permite concluir que a crítica central do autor dirige-se à

- A) expansão do repertório temático do cidadão comum, agora mais presente em assuntos antes restritos a especialistas.
- B) substituição das mídias tradicionais por redes digitais, com perda do prestígio dos especialistas no debate público.
- C) valorização social da certeza rápida, que converte opinião apressada em prestígio simbólico e esvazia o lugar da dúvida.
- D) dificuldade de acesso a informações técnicas, vista como causa principal da participação superficial em temas complexos.
- E) presença crescente de assuntos especializados na vida comum, quadro que exige maior mediação institucional da pesquisa.

2. No contexto do texto, a expressão "pedagogia da convicção" sugere a formação de um ambiente em que

- A) a argumentação se legitima após confronto demorado entre versões, fontes e dados contraditórios.
- B) a opinião se fortalece quando nasce de revisão cautelosa de hipóteses e premissas iniciais.
- C) a hesitação intelectual é tratada como etapa produtiva do conhecimento e sinal de maturidade.
- D) a dúvida conserva prestígio porque impede conclusões apressadas e simplificações indevidas.
- E) aprende-se a afirmar com segurança antes de investigar com rigor, convertendo rapidez em traço de personalidade.

3. Assinale a alternativa que apresenta uma informação explicitamente afirmada no texto.

- A) Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia.
- B) A vida pública contemporânea deixou de admitir completamente a presença de dúvidas honestas.
- C) crescimento das opiniões prontas decorre diretamente da redução do nível médio de escolaridade.
- D) A circulação de convicções maduras depende do enfraquecimento da participação de especialistas no debate.
- E) A rapidez argumentativa constitui hoje o principal critério de validação intelectual em espaços científicos.

4. Quanto à organização discursiva e à finalidade predominante, o texto caracteriza-se, de modo mais correto, como:

- A) reportagem analítica, voltada à exposição neutra de fatos recentes relacionados à opinião pública.
- B) artigo administrativo, voltado à normatização do comportamento discursivo em ambientes institucionais.
- C) crônica memorialista, centrada em recordações pessoais do autor acerca do debate nas redes sociais.
- D) texto argumentativo de feição ensaística, voltado à reflexão crítica sobre um comportamento social contemporâneo.
- E) editorial científico, voltado à apresentação objetiva de resultados de pesquisa sobre cognição e linguagem.

5. A referência a "tratados sociológicos inteiros" e à "decadência da civilização ocidental antes do almoço" serve, no texto, principalmente para

- A) aproximar o texto do discurso científico, reforçando a legitimidade acadêmica das observações do narrador.
- B) ironizar a pretensão de erudição de quem opina superficialmente sobre temas vastos e complexos.
- C) demonstrar que temas civilizatórios exigem opiniões rápidas, ainda que baseadas em informação insuficiente.
- D) defender o comentário breve como forma mais eficiente de síntese diante da complexidade do mundo.
- E) sugerir que o cidadão comum deve disputar com os especialistas o monopólio dos grandes diagnósticos sociais.

6. No desfecho do texto, a "modéstia de não concluir cedo demais" aparece como

- A) reação intelectual à cultura que premia a certeza instantânea e converte o pensamento em torcida.
- B) estratégia retórica para ampliar o efeito irônico das críticas dirigidas ao cidadão excessivamente opinativo.
- C) forma de neutralizar as emoções, tomadas pelo autor como incompatíveis com qualquer ato de pensar.

D) defesa da suspensão permanente do juízo, tratada como postura ideal diante de qualquer controvérsia.

E) proposta de recolhimento do indivíduo ao espaço privado, afastando-o das discussões públicas conflituosas.

7. A linguagem empregada no texto caracteriza-se, sobretudo, por

- A) alternância entre marcas regionais e traços de oralidade popular, com predominância de registro coloquial.
- B) uso sistemático de terminologia técnica, o que aproxima o texto de um relatório de linguagem especializada.
- C) equilíbrio entre registro culto e imagens expressivas do cotidiano, o que amplia a força crítica da argumentação.
- D) reprodução direta da fala digital, com abreviações e marcas de informalidade típicas de aplicativos de mensagem.
- E) padronização sintática rígida, sem recurso a metáforas ou contrastes avaliativos no desenvolvimento do tema.

8. No trecho "Basta-lhe uma manchete mal lida", o termo "lhe" classifica-se corretamente como

- A) pronome demonstrativo átono, empregado por atração sintática implícita no início da oração.
- B) pronome relativo, empregado para introduzir uma oração subordinada de valor adjetivo.
- C) pronome pessoal reto, deslocado para antes do verbo em razão do valor impessoal da construção.
- D) pronome indefinido oblíquo, empregado em mesóclise por causa do caráter hipotético do enunciado.
- E) pronome pessoal oblíquo átono, com função de complemento indireto, empregado em ênclise porque o verbo inicia a oração.

9. Em "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", o termo "que" exerce a função de

- A) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva explicativa.
- B) pronome relativo, introduzindo oração subordinada adjetiva explicativa, que retoma o termo "pressa".
- C) conjunção causal, introduzindo oração subordinada adverbial de causa.
- D) partícula expletiva, empregada para reforçar a progressão argumentativa do período.
- E) pronome interrogativo, empregado para retomar "pressa" por mecanismo de antecipação.

10. No segmento "se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa", o termo "se", considerando seu valor na articulação das orações, classifica-se como:

A) pronome apassivador, pois converte o complemento verbal em sujeito paciente das ações enunciadas.

B) índice de indeterminação do sujeito, pois desfoca o agente e generaliza a conduta descrita.

C) conjunção integrante, pois introduz orações que completam o sentido do verbo principal do período.

D) conjunção subordinativa condicional, pois estabelece a hipótese a partir da qual se produz a ação seguinte.

E) partícula de realce, pois atua apenas como reforço rítmico no paralelismo sintático do enunciado.

11. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e nominal está de acordo com a norma-padrão.

A) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

B) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

C) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

D) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

E) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitos em ambientes de certeza instantânea.

12. Assinale a alternativa correta quanto à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.

A) texto alude a vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

B) texto alude na vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

C) texto alude à vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

D) texto alude à vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

E) texto alude a vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

13. Na passagem "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", a locução verbal "havia invadido" exprime

A) ação futura observada retrospectivamente a partir de um marco narrativo já encerrado.

B) ação habitual em progresso, apresentada como traço permanente do tempo da enunciação.

C) ação eventual projetada como consequência da aceleração das práticas comunicativas modernas.

D) ação concluída no presente, descrita como resultado imediato de um processo social recorrente.

E) ação anterior a outro fato passado, expressa pelo pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

14. No trecho "o pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida", a expressão "vira torcida" constitui, predominantemente:

A) metonímia, porque um termo concreto substitui o conceito abstrato presente no enunciado.

B) metáfora, porque um campo de experiência é transferido para outro com valor crítico.

C) eufemismo, porque o enunciado suaviza a crítica à perda da complexidade do pensamento.

D) hipérbole, porque o trecho amplia excessivamente a consequência social da opinião apressada.

E) silepse, porque a concordância se organiza pelo sentido e não pela forma expressa.

15. Assinale a alternativa que reescreve "Fala-se muito, examina-se pouco", preservando o sentido, respeitando a norma-padrão e deslocando "muito" e "pouco" para antes dos verbos, com colocação pronominal adequada.

A) Fala-se muito e examina-se pouco.

B) Muito fala-se, pouco examina-se.

C) Se fala muito, se examina pouco.

D) Muito se fala, pouco se examina.

E) Fala-se muito, pouco examina-se.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. No exercício profissional do assistente social, a atuação deve estar orientada pelo Código de Ética Profissional de 1993. Nesse contexto, constitui um de seus princípios fundamentais:

A) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes.

B) Ênfase na filantropia como estratégia prioritária de intervenção social.

C) Subordinação da atuação profissional às decisões administrativas.

D) Adoção de práticas assistencialistas baseadas na benevolência.

E) Restrição do acesso aos direitos sociais.

17. A gênese do Serviço Social no Brasil é marcada pela influência da Igreja Católica e por um projeto de "reforma social" vinculado ao Estado. No entanto, a partir da década de 1960, inicia-se o "Processo de Renovação". Sobre esse movimento, assinale a alternativa que descreve corretamente a vertente de Ruptura:

A) Buscou a modernização do Serviço Social através da incorporação do positivismo e da teoria sistêmica norte-americana.

B) Propôs uma crítica radical ao conservadorismo profissional, utilizando o referencial teórico marxista para compreender a questão social.

C) Focou na reatualização do tomismo, buscando conciliar a fé cristã com as demandas da industrialização brasileira.

D) Defendeu a neutralidade técnica absoluta do assistente social diante dos conflitos de classe.

E) Caracterizou-se pelo "ajustamento" do indivíduo à ordem social vigente, ignorando as estruturas políticas.

18. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as ações em dois tipos de proteção. Quando o Ministério Público atua em casos de crianças e adolescentes cujos direitos foram violados e que já se encontram em situação de abandono ou acolhimento institucional, a proteção social envolvida é a:

A) Proteção Social Básica, executada predominantemente nos CRAS.

B) Proteção Social Vigilante, focada no monitoramento de dados cadastrais.

C) Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

D) Proteção Social de Garantia Mínima, vinculada exclusivamente ao BPC.

E) Proteção Social de Médio Impacto Territorial, voltada ao lazer comunitário.

19. No âmbito do sistema jurídico, o Ministério Público pode solicitar ao assistente social a elaboração de documentos técnicos. Quando o profissional realiza uma análise fundamentada, emitindo uma opinião técnica final que subsidiará a decisão do Promotor de Justiça sobre uma situação específica, ele está elaborando um(a):

A) Relatório de Impacto Ambiental.

B) Laudo Pericial de Engenharia Social.

C) Prontuário de Atendimento Clínico.

D) Parecer Social.

E) Cronograma de Visitas Eventuais.

20. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no âmbito do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, estabelece diretrizes para a atuação do Ministério Público. De acordo com o ECA, a permanência da criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional não deverá se prolongar por mais de:

A) 6 meses, salvo comprovada necessidade.

B) 5 anos, devido ao tempo de maturação biológica.

C) 10 anos, para garantir a educação completa.

D) 4 anos, seguindo o ciclo escolar fundamental.

E) 18 meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse.

21. Cenário: Um Promotor de Justiça solicita a um estagiário de Serviço Social o acesso integral às anotações diárias e diários de campo produzidos pelo assistente social supervisor sobre uma família em acompanhamento sigiloso. De acordo com a Lei nº 8.662/1993 e o Código de Ética, a conduta correta quanto ao sigilo profissional é:

A) O assistente social deve garantir a preservação do sigilo, não sendo obrigado a revelar informações confidenciais colhidas no exercício profissional, salvo em situações de extrema gravidade ou dever legal fundamentado.

B) O sigilo profissional não existe perante o Ministério Público, devendo todos os dados ser entregues imediatamente.

C) O estagiário pode entregar os documentos, desde que o Promotor assine um termo de amizade.

D) O profissional deve publicar as anotações no site oficial para garantir a transparência absoluta exigida pela LAI.

E) O sigilo é um direito do profissional e não do usuário, podendo o assistente social quebrá-lo por conveniência administrativa.

22. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) assegura direitos fundamentais e garantias de prioridade. De acordo com a Lei nº 14.423/2022, que alterou a nomenclatura do estatuto, entre as pessoas idosas, deve-se priorizar o atendimento àquelas:

A) Com maior poder aquisitivo e escolaridade.

B) Maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo suas necessidades com preferência sobre os demais idosos.

C) Que morem exclusivamente na capital do estado da Bahia.

D) Que possuam bens imóveis registrados em cartório.

E) Maiores de 60 anos que não possuam filhos ou netos vivos.

23. Ao analisar a trajetória do Serviço Social, Marilda Yamamoto destaca que o profissional trabalha com a "Questão Social". Na contemporaneidade, a questão social deve ser entendida pelo assistente social do MP-BA como:

A) Um conjunto de problemas individuais e patológicos decorrentes do mau comportamento dos pobres.

B) O resultado da falta de vontade política dos gestores municipais em oferecer cestas básicas.

C) As expressões das desigualdades sociais produzidas na relação contraditória entre capital e trabalho, que assumem novas faces no capitalismo periférico.

D) Uma situação temporária que será extinta naturalmente pelo avanço das tecnologias digitais.

E) Um problema exclusivo da área de segurança pública, sem relação com a economia.

24. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) define diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Quando o agressor destrói documentos pessoais, instrumentos de trabalho ou retém o salário da vítima, ele está praticando violência:

- A) Moral.
- B) Sexual.
- C) Psicológica leve.
- D) Patrimonial.
- E) Física indireta.

25. A instrumentalidade é uma dimensão do exercício profissional que permite a passagem da "intenção" para a "ação". Um dos instrumentos técnicos mais utilizados pelo assistente social para conhecer as condições reais de vida do usuário no seu território é o(a):

- A) Telemarketing social.
- B) Psicoterapia breve de grupo.
- C) Exame de sanidade mental assistida.
- D) Inquérito policial de infração social.
- E) Visita domiciliar.

26. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garante o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sobre os critérios atuais para a concessão do BPC à pessoa com deficiência e ao idoso, assinale a alternativa correta:

- A) Destina-se a pessoas com renda familiar mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção.
- B) Exige que o beneficiário tenha contribuído para a previdência social (INSS) por pelo menos 15 anos.
- C) É concedido apenas para idosos com mais de 70 anos e crianças com deficiência física motora.
- D) O benefício pode ser acumulado com qualquer outro benefício da seguridade social ou de outro regime.
- E) A renda de um estágio de graduação de outro membro da família deve ser sempre excluída do cálculo, independente do valor.

27. No âmbito do SUAS, o Ministério Público atua em rede com os equipamentos municipais. O equipamento responsável por prestar serviços de Proteção Social Especial a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social por violação de direitos (como violência, negligência e exploração) é o:

- A) CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).
- B) CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).
- C) CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).
- D) Conselho de Contribuintes do Estado.
- E) Hospital Geral de Custódia.

28. A atuação do assistente social no Sistema de Justiça exige uma postura interdisciplinar. Ao participar de uma audiência ou instrução de processo no MP-BA, o profissional deve entender que seu papel técnico na "Rede de Garantia de Direitos" visa:

- A) Realizar o julgamento moral dos usuários para facilitar a condenação pelo Promotor.
- B) Executar funções policiais de investigação de crimes contra o patrimônio.
- C) Subsidiar a ação institucional com informações sociais que garantam o acesso à justiça e a efetivação de direitos dos grupos vulneráveis.
- D) Convencer o usuário a desistir do processo judicial para reduzir a carga de trabalho do órgão.
- E) Aplicar punições administrativas imediatas aos usuários que não frequentarem a escola.

29. A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) define as competências e atribuições privativas do assistente social. De acordo com esta lei, é uma atribuição privativa do assistente social:

- A) Organizar festas de aniversário para os servidores do órgão.
- B) Realizar o transporte de documentos sigilosos entre as Promotorias.
- C) Vistoriar as condições de higiene da copa e cozinha da instituição.
- D) Coordenar, planejar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- E) Digitar depoimentos de testemunhas durante as audiências criminais.

30. Os movimentos sociais são fundamentais para a construção da democracia e ampliação da cidadania no Brasil. No Serviço Social, a relação com esses movimentos é pautada pelo projeto ético-político profissional através do(a):

- A) Desestímulo à participação popular para evitar conflitos com o Estado.
- B) Controle burocrático das lideranças comunitárias pelo assistente social.
- C) Substituição da organização popular pelo atendimento individualizado de caridade.
- D) Monitoramento das redes sociais dos líderes de movimentos para fins de segurança.
- E) Apoio às lutas sociais que visam à consolidação e ampliação dos direitos humanos e da cidadania.